

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 2/2020 ART. 45º

**ROSANO OURIQUES**, brasileiro, maior, casado, com endereço comercial na Rua Pasteur, nº 463 - 2º andar, conjunto 204, sala "D", bairro Batel, CEP 80250-080, município de Curitiba, Estado de Paraná, na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.230.674/0001-56, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, vêm pela presente carta, **apresentar** as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026 divulgadas em sítio eletrônico de acesso gratuito no dia 25 de Agosto de 2026, cumprindo assim os incisos I ao V do artigo 45º no § 3º da Resolução nº 2 de 12 de agosto 2020 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Termo de Responsabilidade de Declaração de Conteúdo.

Por ser declarado a verdade, firmam a presente.

Santana de Parnaíba, 25 Agosto de 2026.

**ROSANO OURIQUES**  
Diretor Administrativo Financeiro

**SUELY CRISTINA DA SILVA LIMA**  
CRC 1SP155421/O-0  
Contadora

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO**

### **RESOLUÇÃO Nº 2/2020 ART. 45º**

**ROSANO OURIQUES**, brasileiro, maior, casado, com endereço comercial na Rua Pasteur, nº 463 - 2º andar, conjunto 204, sala "D", bairro Batel, CEP 80250-080, município de Curitiba, Estado de Paraná, na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.230.674/0001-56, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, vem pelo presente termo **declarar** que as informações contidas nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026, remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 45º no § 3º da Resolução nº 2 de 12 de agosto 2020 editada pelo Banco Central do Brasil.

Por ser declarada a verdade, firma o presente.

Santana de Parnaíba, 25 de Agosto de 2026.

**ROSANO OURIQUES**  
Diretor Administrativo Financeiro

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**

Consórcio **M**~~O~~**B**ILIZE

## **Demonstrações Financeiras**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil  
Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo  
Banco Central do Brasil**

**Administradora de Consórcio RCI Brasil  
Ltda.**

**30 de Junho de 2026**



**Índice das Demonstrações Financeiras**

|                                                                         | <b>Página</b> |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Relatório da Administração                                              | 2             |
| Relatório dos Auditores Independentes                                   | 5             |
| Demonstrações Financeiras                                               |               |
| Balancos Patrimoniais                                                   | 8             |
| Demonstrações dos Resultados                                            | 9             |
| Demonstrações dos Resultados Abrangentes                                | 10            |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido                        | 11            |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto                      | 12            |
| Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio                    | 13            |
| Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos | 14            |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras                         | 15            |

# Consórcio **M**~~O~~BILIZE

## Relatório da Administração

### Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

### Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 30 de Junho de 2026, a empresa administrava 36 grupos de consórcio (46 grupos em 30 de junho de 2025), com uma base de clientes ativos de 19.263 consorciados (22.038 consorciados ativos em 30 de junho de 2025) e 9.438 bens entregues (10.876 bens entregues em 30 de junho de 2025).

### Eventos Societários

Em 23 de março de 2026, Após o exame e a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os sócios da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem qualquer restrição, o seguinte:

- (a) Os sócios aprovaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com os Relatórios da Administração.
- (b) Destinação do Lucro Líquido: O lucro líquido auferido pela empresa no exercício de 2025, no valor de R\$ 2.711.122,04 (dois milhões, setecentos e onze mil, cento e vinte e dois reais e quatro centavos), será integralmente destinado à conta de Reserva de Lucros.
- (c) Remuneração dos Diretores: Foi decidido que os Diretores da Companhia não receberão remuneração durante o exercício de 2026 em razão das funções que ocupam em outras empresas do grupo.

### Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$ 28.224 mil em 30 de Junho de 2026, apresentando aumento de 4% em relação a R\$ 27.184 mil em 31 de dezembro de 2025. O lucro líquido apresentado no periodo findo em 30 de Junho de 2026 foi de R\$ 1.040 mil (no exercício findo em 31 dezembro de 2025 – R\$ 2. 711 mil).

# Consórcio MOBILIZE

## Ativos e Passivos

Em 30 de Junho de 2026, os ativos totais atingiram R\$ 107.424 mil (31 de dezembro de 2025 – R\$101.936 mil). Desse montante destacamos R\$ 81.358 mil que correspondem às despesas de comissões pagas antecipadamente, a serem diferidas o prazo dos contratos, apresentado em Outros Valores e Bens.

Em 30 de Junho de 2026, o passivo circulante e não circulante total atingiu R\$ 79.200 mil (31 de dezembro de 2025 – R\$ 74.752 mil)

## Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram prestados pela Forvis Mazars Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria foram divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador RCI Banque.

## Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 24 de agosto de 2026.

**A Diretoria**

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da  
**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**  
Santana de Parnaíba -SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2026 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram os relatórios de auditoria em 25 de setembro de 2025 e 23 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Administradora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação

Forvis Mazars Auditores Independentes  
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville  
CEP 06404-326  
Barueri (SP) | Brasil  
Tel.: (11) 3090-7085  
www.forvismazars.com/br

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de agosto de 2026.

**Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.**  
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

*Douglas Souza De Oliveira*

C22A2918F3EF48E...  
**Douglas Souza de Oliveira**  
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2026 e em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                                                 | Notas<br>Explicativas | 2026    | 2025    |
|-------------------------------------------------|-----------------------|---------|---------|
| Ativo Circulante                                |                       | 30.325  | 29.159  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                   |                       | 1.038   | 48      |
| Aplicações Financeiras de Liquidez              |                       | 12      | 12      |
| Instrumentos Financeiros                        | 4                     | 14      | 754     |
| Letras Financeiras do Tesouro                   | 4.a                   | 14      | 754     |
| Outros Créditos                                 | 5                     | 29.261  | 28.345  |
| Rendas a Receber                                | 5a                    | 1.752   | 1.977   |
| Outros Valores e Bens                           | 5.b                   | 24.037  | 22.896  |
| Diversos                                        |                       | 3.472   | 3.472   |
| Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo |                       | 76.995  | 72.761  |
| Títulos e Valores Mobiliários                   | 4                     | 7.739   | 2.661   |
| Carteira Própria                                | 4.b                   | 7.739   | 2.661   |
| Outros Créditos                                 | 5                     | 67.511  | 67.698  |
| Outros Valores e Bens                           | 5.b                   | 57.322  | 58.169  |
| Diversos                                        | 5.c                   | 10.189  | 9.529   |
| Crédito Tributário                              | 6                     | 1.745   | 2.402   |
| Fiscais Diferidos                               |                       | 1.745   | 2.402   |
| Ativo não Circulante - Imobilizado -            |                       | 104     | 17      |
| Imobilizado de Uso                              |                       | 104     | 17      |
| Total do Ativo                                  |                       | 107.424 | 101.936 |

|                                       | Notas<br>Explicativas | 2026    | 2025    |
|---------------------------------------|-----------------------|---------|---------|
| Passivo Circulante                    |                       | 21.915  | 19.007  |
| Outras Obrigações                     |                       | 21.915  | 19.007  |
| Fiscais e Previdenciárias             |                       | 494     | 635     |
| Diversas                              | 9                     | 2.225   | 1.160   |
| Receita Antecipada                    | 8                     | 5.872   | 4.807   |
| Empréstimos                           | 7                     | 13.324  | 12.405  |
| Passivo não Circulante                |                       | 57.285  | 55.745  |
| Fiscais Diferidos                     | 6.a                   | 7.681   | 9.191   |
| Receita Antecipada                    | 8                     | 47.511  | 44.490  |
| Diversas                              | 9                     | 2.093   | 2.064   |
| Patrimônio Líquido                    |                       | 28.224  | 27.184  |
| Capital Social                        | 11.a                  | 7.271   | 7.271   |
| De Domiciliados no País               |                       | 6       | 6       |
| De Domiciliados no Exterior           |                       | 7.265   | 7.265   |
| Reserva de Lucro                      | 11.b                  | 20.953  | 19.913  |
| Reserva Legal                         |                       | 1.454   | 1.454   |
| Reserva Especial Lucros               |                       | 19.499  | 18.459  |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido |                       | 107.424 | 101.936 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                                                               | Notas<br>Explicativas | 2026<br>1º Semestre | 2025<br>1º Semestre |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas da Intermediação Financeira                          |                       | 343                 | 322                 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários      |                       | 343                 | 322                 |
| Receita de Prestação de Serviços                              |                       | 20.536              | 19.588              |
| Rendas de taxa de administração de consórcios                 | 12                    | 20.536              | 19.588              |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais                       |                       | (19.322)            | (17.178)            |
| Despesas Gerais e Administrativas                             | 13                    | (19.668)            | (16.369)            |
| Despesas Tributárias                                          |                       | (1.508)             | (938)               |
| Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito |                       | (69)                | (173)               |
| Outras Receitas Operacionais                                  | 14                    | 1.339               | 788                 |
| Outras Despesas Operacionais                                  | 15                    | 584                 | (486)               |
| Resultado antes da Tributação sobre Lucros                    |                       | 1.557               | 2.731               |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                        |                       | (517)               | (929)               |
| Imposto de Renda - Corrente                                   |                       | (1.005)             | -                   |
| Contribuição Social - Corrente                                |                       | (366)               | -                   |
| Tributos Diferidos                                            |                       | 854                 | (929)               |
| Resultado Líquido do Semestre                                 |                       | 1.040               | 1.803               |
| Resultado Líquido básico e diluído por Ação - R\$             |                       | 0,14                | 0,25                |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025.  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                               | 2026        | 2025        |
|-------------------------------|-------------|-------------|
|                               | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Resultado Líquido do Semestre | 1.040       | 1.803       |
| Outros resultados abrangentes | -           | -           |
| Resultado Líquido do Semestre | 1.040       | 1.803       |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                                              | Notas<br>Explicativas | Capital social | Reserva Legal | Reserva de lucros | Lucro / Prejuízos<br>acumulados | Total  |
|----------------------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|-------------------|---------------------------------|--------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2024             | 11                    | 7.271          | 1.454         | 15.806            |                                 | 24.530 |
| Efeitos da adoção inicial Adoção 352/2023    |                       |                |               |                   | (58)                            | (58)   |
| Saldos em 01 de Janeiro de 2025              |                       | 7.271          | 1.454         | 15.806            | (58)                            | 24.473 |
| Resultado Líquido do Semestre                |                       |                |               |                   | 1.803                           | 1.803  |
| Saldos em 30 de junho 2025                   | 11                    | 7.271          | 1.454         | 15.806            | 1.746                           | 26.276 |
| Transferência da adoção inicial BCB 352/2023 |                       |                |               | (58)              | 58                              | -908   |
| Resultado Líquido do Semestre                |                       |                |               |                   |                                 | 908    |
| Transferência para Reserva de lucro          |                       |                |               | 2.711             | (2.711)                         | -      |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025             | 11                    | 7.271          | 1.454         | 18.459            | -                               | 27.184 |
| Resultado Líquido do Semestre                |                       |                | -             | -                 | 1.040                           | 1.040  |
| Transferência para Reserva de Lucro          |                       |                | -             | 1.040             | (1.040)                         | -      |
| Saldos em 30 de junho de 2026                | 11                    | 7.271          | 1.454         | 19.499            | -                               | 28.224 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                                                                  | 2026        | 2025        |
|------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
|                                                                  | 1º semestre | 1º semestre |
| Lucro Líquido do Semestre                                        | 1.040       | 1.803       |
| Ajuste ao lucro líquido                                          | 1.339       | 2.297       |
| Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito    | (69)        | 173         |
| Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias | (28)        | 456         |
| Despesas Financeiras                                             | 919         | 739         |
| Imposto de Renda e CSLL Diferidos                                | (854)       | 929         |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                 | 1.371       | -           |
| Variações de Ativos e Passivos                                   | (1.486)     | (5.702)     |
| (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários               | (4.339)     | 172         |
| (Aumento)/Redução em Outros créditos                             | (662)       | (878)       |
| Aumento (Redução) em Outras Obrigações                           | 2.187       | (4.476)     |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos                     | 1.328       | (520)       |
| Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas atividades operacionais     | 990         | (1.603)     |
| Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades                    | 990         | (1.603)     |
| Disponibilidades no Início do Semestre/Exercício                 | 60          | 1.699       |
| Disponibilidades no Final do Semestre/Exercício                  | 1.050       | 96          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho 2026 e em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado).

|                                                       | Notas<br>Explicativas | 2026      | 2025      |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|-----------|-----------|
| Ativo Circulante e não Circulante                     | -                     | 280.838   | 286.921   |
| Depósitos Bancários                                   |                       | 1.281     | 1.593     |
| Aplicações Financeiras                                | 18                    | 99.962    | 102.711   |
| Disponibilidade dos Grupos                            |                       | 7.176     | 7.073     |
| Vinculado a Contemplações                             |                       | 92.786    | 95.638    |
| Outros Créditos                                       |                       | 179.594   | 182.593   |
| Bens Retomados ou Devolvidos                          |                       | 1.005     | 1.292     |
| Direitos Junto a Consorciados Contemplados            | 19                    | 178.589   | 181.294   |
| Recursos em Formação                                  |                       |           | 7         |
| Diversos                                              |                       | -         | 24        |
| Compensação                                           | -                     | 1.295.403 | 1.383.060 |
| Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados |                       | 11.942    | 12.559    |
| Contribuições Devidas aos Grupos                      |                       | 683.772   | 728.514   |
| Bens a Contemplar                                     |                       | 599.689   | 641.987   |
| Total do Ativo                                        |                       | 1.576.241 | 1.669.981 |

|                                            | Notas<br>Explicativas | 2026      | 2025      |
|--------------------------------------------|-----------------------|-----------|-----------|
| Passivo Circulante e não Circulante        | -                     | 280.838   | 286.921   |
| Empréstimos                                | -                     | 75        | 1.250     |
| Obrigações com Consorciados                |                       | 105.648   | 106.512   |
| Valores a Repassar                         |                       | 14.220    | 14.310    |
| Contemplações a Entregar                   |                       | 92.786    | 95.638    |
| Recursos a Devolver a Consorciados         |                       | 53.835    | 54.525    |
| Recursos dos Grupos                        |                       | 14.274    | 14.686    |
| Compensação                                | -                     | 1.295.403 | 1.383.060 |
| Recursos Mensais a Receber de Consorciados |                       | 11.942    | 12.559    |
| Obrigações dos Grupos por Contribuições    |                       | 683.772   | 728.514   |
| Bens a Contemplar                          |                       | 599.689   | 641.987   |
| Total do Passivo                           |                       | 1.576.241 | 1.669.981 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

|                                         | 2026<br>1º Semestre | 2025<br>Exercício |
|-----------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Disponibilidades no Início do Exercício | 104.312             | 111.824           |
| Depósitos Bancários                     | 1.593               | 1.450             |
| Aplicações Financeiras                  | 102.719             | 110.374           |
| (+) Recursos Coletados                  | 136.682             | 285.502           |
| Contribuições para Aquisição de Bens    | 103.483             | 216.040           |
| Taxa de Administração                   | 19.804              | 38.082            |
| Contribuições ao Fundo de Reserva       | 2.068               | 5.225             |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras   | 5.742               | 12.090            |
| Multas e Juros Moratórios               | 796                 | 1.635             |
| Prêmios de Seguros                      | 588                 | 1.362             |
| Outros                                  | 4.201               | 11.067            |
| (-) Recursos Utilizados                 | (139.751)           | (293.013)         |
| Aquisição de Bens                       | (98.963)            | (209.146)         |
| Taxa de Administração                   | (19.865)            | (38.192)          |
| Multas e Juros Moratórios               | (396)               | (950)             |
| Prêmios de Seguros                      | (603)               | (1.391)           |
| Devoluções a Consorciados Desligados    | (9.015)             | (19.529)          |
| Outros                                  | (10.909)            | (23.806)          |
| Disponibilidades no Final do Exercício  | 101.243             | 104.312           |
| Depósitos Bancários                     | 1.281               | 1.593             |
| Aplicações Financeiras                  | 99.962              | 102.719           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)*

### 1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras da Administradora foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Empresa de continuar operando nos próximos 12 meses..

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio ativos são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para semestre findo em 30 de junho de 2026.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de agosto de 2026.

#### Adoção de Novas Normas e Interpretações:

- **Resolução BCB nº 352/2023**

O Banco Central do Brasil (BCB) publicou a Resolução BCB nº 352/23, que introduziu novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros. A nova resolução substituiu as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e de títulos e valores mobiliários (Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03), bem como da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Resolução estabelece que as administradoras de consórcios devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme aos modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base no conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tomando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 foram registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, sendo reconhecido no patrimônio líquido um complemento de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, pelo valor de R\$ 58 mil, líquido de efeitos tributários, sendo:

|                                                       |        |
|-------------------------------------------------------|--------|
| Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024          | 24.531 |
| Perdas de crédito esperada para operações de créditos | (87)   |
| Efeitos tributários                                   | 29     |
| Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025           | 24.473 |

• **Resolução BCB nº 178/2022**

A Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução aprova a aplicabilidade do CPC 06 – Arrendamentos, que define critérios para o reconhecimento, mensuração e apresentação das operações de arrendamento mercantil. A Administradora não apresenta impactos pela adoção da Resolução.

• **Resolução BCB nº 352/2023**

O Banco Central do Brasil (BCB) publicou a Resolução BCB nº 352/23, que introduziu novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros. A nova resolução substituiu as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e de títulos e valores mobiliários (Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03), bem como da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Resolução estabelece que as administradoras de consórcios devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme aos modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base no conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

A Resolução BCB nº 352/23 descreve os critérios de classificação dos ativos financeiros, dessa forma, o quadro abaixo apresenta a classificação dos principais instrumentos financeiros:

| Classificação Ativos Financeiros                  |                          |
|---------------------------------------------------|--------------------------|
| Títulos e valores mobiliários                     | Valor justo no resultado |
| Outros créditos – taxa de administração a receber | Custo amortizado         |

**Principais normativos aplicados em períodos futuros:**

• **Reforma Tributária**

A reforma tributária estabelecida pela Lei Complementar nº 214, datada de 16 de janeiro de 2025, transforma significativamente a forma como os tributos incidem sobre o consumo de bens e serviços, trazendo alterações importantes.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma gradual ao longo do período de transição estabelecido pela legislação. Em 2026, está prevista uma fase de testes com a introdução das obrigações acessórias relacionadas ao IBS e à CBS e a adaptação dos sistemas de faturamento e controles fiscais.

A partir de 2027, a CBS passará a substituir integralmente o PIS e a Cofins, enquanto a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS ocorrerá progressivamente entre 2029 e 2032, com conclusão prevista para 2033.

Nesse novo cenário tributário, existem implicações para a Administração Tributária devido às transformações na gestão do crédito tributário, que se torna mais eficaz, utilizando documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais avançados e um sistema de coleta automática de tributos, onde a parte destinada aos impostos sobre o consumo é diretamente enviada ao Governo (mecanismo de pagamento dividido). Isso reduz os riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que demanda sistemas de informação que sejam sólidos e confiáveis.

Além disso, na perspectiva da administração das empresas, o novo sistema traz mudanças na lógica financeira das atividades, o que pode impactar o fluxo de caixa e exigir uma revisão nos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas. Para o setor financeiro, a reforma criou um regime específico para as operações de crédito, e prevê-se que não haverá aumento no custo do crédito para o consumidor final em comparação com a carga tributária atual. Contudo, certos serviços financeiros, que estão sujeitos ao regime geral de tributação, podem enfrentar uma pressão tributária maior na visão do consumidor final, o que poderá levar a ajustes nos preços ao longo do período de implementação deste novo regime.

Os impactos imediatos observados até agora estão concentrados, principalmente, na esfera operacional, com ênfase nas implicações tecnológicas, que exigem ajustes nos sistemas de informação interna, nos registros e nos controles automatizados.

A Administração tem monitorado esses efeitos e vem realizando as adaptações necessárias em processos, sistemas e governança, além de revisar projeções de resultados e fluxo de caixa para refletir a transição gradual do sistema tributário atual para o novo modelo. Com base nas avaliações feitas até este momento e levando em consideração o estágio atual de aplicação da Reforma da Tributação sobre o Consumo, a Administração determinou que não há impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do consorcio RCI, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, em sua maioria, limitados ao âmbito operacional e às adaptações tecnológicas aos novos requisitos legais.

- **Resolução BCB Nº 444, de 12 de dezembro 2024.**

*“Art. 1º A Resolução BCB nº 234, de 27 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*Art. 8º Parágrafo único. Para fins de cálculo do limite de alavancagem de que trata o inciso I do caput:*

*Do valor correspondente ao saldo das operações passivas deve ser subtraído, até 31 de dezembro de 2027, o valor relativo às receitas com taxa de administração recebida de forma antecipada nos termos da regulamentação, reconhecidas contabilmente no passivo da administradora, observados os seguintes percentuais e cronograma:*

- a) 60% (sessenta por cento) do saldo das respectivas receitas entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026; e.*
- b) 30% (trinta por cento) do saldo das respectivas receitas entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2027;”*

### 3 Principais práticas contábeis materiais

#### 3.1 Da Administradora

##### a. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

##### b. **Resultado das operações**

A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcios, é reconhecida como receita pelo regime de competência. O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foi adotado em cumprimento da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes.

A despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada diferida ao prazo do contrato do cotista. A Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento desta despesa. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

##### c. **Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias.

##### d. **Instrumentos Financeiros**

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023:

#### I. **Valor justo e hierarquia do valor justo**

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Administradora opera somente com instrumentos financeiros de Nível 2.

Em 30 de junho de 2026 a Administradora não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados.

# Consórcio MOBILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

## II. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

A administradora irá respeitar um prazo de até 360 dias de inadimplência para avaliação de envio a prejuízo. Este processo seguirá o seguinte rito:

1. Caso o grupo seja encerrado sem o recebimento integral dos valores;
2. Inexistência de garantias/seguros que possam ser integrados na recuperação;
3. Conclusão das tratativas de cobrança, com emissão da Carta de PLD (Perda Líquida Definitiva);
4. Caso o grupo não disponha de recursos suficientes para cobrir os valores inadimplidos.

## III. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Administradora realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para o seguinte ativo financeiro:

- Outros créditos – taxa de administração a receber;

Administradora integra o segmento prudencial "S5", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente a Administradora possui apenas operações em carteira C5.

| Ativos problemáticos inadimplidos - C5 | Total Saldo Contábil Bruto | % sobre total geral |
|----------------------------------------|----------------------------|---------------------|
| De 91 a 120 dias de atraso             | 23                         | 4%                  |
| De 121 a 150 dias de atraso            | 3                          | 1%                  |
| De 151 a 180 dias de atraso            | 2                          | 0%                  |
| De 181 a 210 dias de atraso            | 3                          | 0%                  |
| De 211 a 240 dias de atraso            | 2                          | 0%                  |
| De 241 a 270 dias de atraso            | 2                          | 0%                  |
| De 271 a 300 dias de atraso            | 9                          | 2%                  |
| De 301 a 330 dias de atraso            | 3                          | 0%                  |
| De 331 a 360 dias de atraso            | 3                          | 1%                  |
| Acima de 360 dias                      | 515                        | 91%                 |
| <b>Total Geral</b>                     | <b>564</b>                 | <b>100%</b>         |

## IV. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Administradora considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresente o seguinte indicativo:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:
  - Medidas Judiciais;
  - Óbitos;

# Consórcio MOBILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

- Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

**e. Despesas Antecipadas**

São contabilizados os recursos de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de consórcios.

**f. Ativo permanente**

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

**g. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administradora, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, tributos diferidos e provisões para contingências.

**h. Passivo circulante**

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

A Instrução Normativa BCB nº 319, de 04 de novembro de 2022, revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010. Assim sendo, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 9/2020, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para as administradoras de consórcio.

- Provisões para contingências: as provisões para contingências são reconhecidas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, bem como a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.
- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: classificados como de perda possível, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas. Os casos classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

# Consórcio MOBILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

## j. **Tributos**

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| <b>Tributos</b>                                                                              | <b>Alíquotas</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)                                         | 25,00%           |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL                                             | 9,00%            |
| PIS/Pasep                                                                                    | 1,65%            |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins                              | 7,60%            |
| PIS/Pasep (sobre Receitas Financeiras)                                                       | 0,65%            |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (sobre receitas financeiras) | 4,00%            |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN                                          | 2,00%            |

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos (vide nota explicativa 6) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

## k. **Provisão para inadimplência dos grupos**

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

## l. **Obrigações com consorciados**

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos cotistas, proporcionalmente às respectivas cotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

## m. **Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no semestre findo em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 1.040 mil foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

|                               | <b>2026</b>        | <b>2025</b>        |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
|                               | <b>1º Semestre</b> | <b>1º Semestre</b> |
| Resultado Líquido do Semestre | 1.040              | 1.803              |

## 3.2 **Dos grupos de consórcio**

### a. **Disponibilidades e aplicações financeiras**

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

Consórcio **M**~~O~~**B**ILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

- b. Direitos com consorciados contemplados**  
Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.
- c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**  
Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- d. Bens a contemplar**  
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.
- e. Recursos coletados**  
Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.
- f. Recursos utilizados**  
Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.
- g. Obrigações com consorciados**  
Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.
- h. Contemplações a entregar**  
Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.
- i. Recursos a devolver a consorciados**  
Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários – Administradora

|                                        | 2026<br>1º semestre | 2025<br>Exercício |
|----------------------------------------|---------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                      |                     |                   |
| Letras Financeiras do Tesouro (a)      | 14                  | 754               |
| <b>Não Circulante</b>                  |                     |                   |
| Carteira Própria - Letras Cambiais (b) | 7.739               | 2.661             |
| <b>Total</b>                           | <b>7.753</b>        | <b>3.415</b>      |

- (a) São compostas por Letras Financeiras do Tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão em 01 de setembro de 2025 e vencimento em 01 de setembro de 2026. Estão classificados como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme o objetivo de gestão. Os títulos estão enquadrados na hierarquia de valor justo de nível 2, cujos valores de curva e de mercado não apresentam diferenças significativas, quando comparados.
- (b) São constituídas por títulos cambiais de liquidação imediata, realizados com partes relacionadas (vide nota explicativa 15), pactuados com taxas pós-fixadas e em condições normais de mercado. Possuem data de emissão entre 20 de outubro de 2025, com vencimento em 05 de janeiro de 2028. Estão classificados como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, em conformidade com a política contábil adotada. Os títulos estão enquadrados na hierarquia de valor justo de nível 2, cujos valores de curva e de mercado não apresentam diferenças significativas, quando comparados.

5 Outros créditos

a) Composição:

|                                                                   | 2026<br>1º semestre | 2025<br>1º semestre |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Taxa de Administração (a)                                         | 2.316               | 2.212               |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a) | (564)               | -                   |
| Outros Valores e bens Curto Prazo (b)                             | 17.122              | 14.943              |
| Outras Rendas a Receber                                           | 6.915               |                     |
| Diversos                                                          | 3.472               | 1.487               |
| <b>Total Circulante</b>                                           | <b>29.261</b>       | <b>18.642</b>       |
| Outros Valores e bens Longo Prazo (b)                             | 57.322              | 63.973              |
| <b>Diversos (c)</b>                                               | <b>10.189</b>       | <b>9.970</b>        |
| Impostos a Compensar                                              | 968                 | 1.605               |
| Pis/Cofins a Recuperar                                            | 8.603               | 7.686               |
| Outros Créditos                                                   | 618                 | 679                 |
| <b>Total Não Circulante</b>                                       | <b>67.511</b>       | <b>73.943</b>       |

- (a) Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme o CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para a administradora
- (b) Referem-se as comissões a diferir no prazo do contrato do consorciado em cumprimento a Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021.
- (c) Refere-se a valores de CIDE, ISS, PIS e COFINS a recuperar, originados de processos de PER/DCOMP. Adicionalmente, a rubrica "Outros Créditos" compreende valores relacionados a depósitos judiciais e a ações contrárias.

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

|                                                             | 2026<br>1º semestre | 2025<br>1º semestre |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Resultado antes da Tributação sobre Lucros                  | 1.557               | 2.731               |
| aTotal das Adições                                          | 35.603              | 33.022              |
| Provisão para serviços de consórcio                         | 1.820               | 2.391               |
| Provisão para contingências                                 | 514                 | 1.007               |
| Provisão para ações Trabalhistas                            | 59                  | -                   |
| Provisão Auditoria Externa                                  | 85                  | 68                  |
| Perdas esperadas ao risco de crédito                        | 2.513               | 1.348               |
| (-) Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47          | 19.875              | 18.503              |
| Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47                    | 10.738              | 9.705               |
| Total das Exclusões (b)                                     | (31.348)            | (36.642)            |
| Reversão para serviços de consórcio                         | (2.089)             | (10.265)            |
| Reversão para contingências                                 | (239)               | (552)               |
| Reversão para ações Trabalhistas                            | (305)               | -                   |
| Reversão Auditoria Externa                                  | (32)                | (39)                |
| Reversão Prov Para Dev. Duvidosos - CPC 47                  | (2.445)             | (1.176)             |
| (-) Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47          | (15.632)            | (15.235)            |
| Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47                    | (10.606)            | (9.375)             |
| Base de Calculo antes das compensações de prejuízos fiscais | 5.812               | (889)               |
| Compensação da Base Negativa IRPJ/CSLL                      | (1.744)             | -                   |
| Base de Calculo do IRPJ/CSLL                                | 4.068               | -                   |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                      | (517)               | (929)               |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido           | 854                 | (929)               |
| IRPJ/CSLL sobre Diferenças Temporárias                      | 1.446               | (1.231)             |
| IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal                             | (593)               | 302                 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente           | (1.371)             | -                   |

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do período antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

|                                                                           | 31/12/2025      | Constituições | Realizações     | 30/06/2026      |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:                   |                 |               |                 |                 |
| Provisão para serviços de consórcio                                       | 269             | 1.820         | (2.089)         | -               |
| Provisão para contingências                                               | 1.417           | 514           | (239)           | 1.692           |
| Provisão para ações Trabalhistas                                          | 634             | 59            | (305)           | 387             |
| Provisão Auditoria Externa                                                | 78              | 85            | (32)            | 130             |
| (-) Provisão para Ações Contrárias                                        | 60              | -             | -               | 60              |
| Perdas esperadas ao risco de crédito -                                    | 496             | 2.513         | (2.445)         | 564             |
| (-) Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47                        | 47.046          | 19.875        | (15.632)        | 51.288          |
| Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47                                  | (74.575)        | 10.738        | (10.606)        | (74.442)        |
| <b>Total base dos créditos/débitos</b>                                    | <b>(24.575)</b> | <b>35.602</b> | <b>(31.349)</b> | <b>(20.320)</b> |
| Imposto de renda diferido (25%)                                           | (6.143)         | 8.900         | (7.836)         | (5.078)         |
| Contribuição social diferido (9%)                                         | (2.212)         | 3.204         | (2.821)         | (1.829)         |
| <b>Total de créditos/débitos tributários sobre diferenças temporárias</b> | <b>(8.355)</b>  | <b>12.105</b> | <b>(10.658)</b> | <b>(6.907)</b>  |
| Ativo Fiscal Diferido (vide b)                                            | 836             | 842           | (906)           | 772             |
| Passivo Fiscal Diferido                                                   | (9.191)         | 11.263        | (9.752)         | (7.681)         |
| <b>(+) Créditos Tributários / (-) Fiscais Diferidos</b>                   | <b>(8.355)</b>  | <b>12.105</b> | <b>(10.658)</b> | <b>(6.910)</b>  |
| <b>Prejuízo Fiscal (vide b)</b>                                           | <b>4.606</b>    |               | <b>(1.744)</b>  | <b>2.862</b>    |
| Imposto de Renda Diferido (25%)                                           | 1.151           | -             | (436)           | 716             |
| Contribuição Social Diferido (9%)                                         | 415             | -             | (157)           | 258             |
| <b>Total de Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal</b>                | <b>1.566</b>    | <b>-</b>      | <b>(593)</b>    | <b>973</b>      |
| Ativo Fiscal Diferido                                                     | 2.402           | 842           | (1.498)         | 1.745           |
| Passivo Fiscal Diferido                                                   | (9.191)         | 11.263        | (9.752)         | (7.681)         |
| <b>(+) Créditos Tributários /(-) Debitos Tributários</b>                  | <b>(6.789)</b>  | <b>12.105</b> | <b>(11.250)</b> | <b>(5.936)</b>  |

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme BCB 352, com as atualizações trazidas pelos demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2026, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

Consórcio MOBILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

O valor presente fora calculado mediante estimativa da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2025 correspondente 14,25%.

Diferenças Temporárias

| Diferenças Temporárias | Realização Créditos Tributários | Valor Presente |
|------------------------|---------------------------------|----------------|
| Dez/2026               | 45                              | 39             |
| 2027                   | 336                             | 294            |
| 2028                   | 172                             | 150            |
| 2029                   | 167                             | 146            |
| 2030                   | 52                              | 45             |
| Total                  | 772                             | 674            |

Prejuízo Fiscal

| Prejuízo Fiscal | Realização Créditos Tributários | Valor Presente |
|-----------------|---------------------------------|----------------|
| Dez/26          | 634                             | 555            |
| 2027            | 339                             | 297            |
| Total           | 973                             | 852            |

7 Empréstimos

Movimentação Empréstimo entre partes relacionadas

|                                 |        |
|---------------------------------|--------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 10.771 |
| Juros Incorridos                | 739    |
| Saldo em 30 de junho de 2025    | 11.510 |
| Juros Incorridos                | 895    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 12.405 |
| Juros Incorridos                | 919    |
| Saldo em 30 de junho de 2026    | 13.324 |

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. celebrou, em 30 de abril de 2024, contrato de mútuo com a Corretora de Seguros RCI Brasil, com vencimento em 20 de abril de 2026. O valor é sujeito à incidência de IOF, atualizado pela variação diária do CDI-Over e acrescido de juros remuneratórios correspondentes ao CDI + 0,60% ao ano (base 252 dias úteis).

Em caso de atraso, incidem multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, pro rata die. Para atrasos superiores a 30 dias, passam a ser devidos custos adicionais previstos contratualmente.

Em 30 de junho de 2026, o contrato não contém cláusulas restritivas (covenants).

8 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

Os valores referem-se a receita recebida antecipadamente a ser diferida ao resultado pelo regime de competência, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

|                                     | 2026          | 2025          |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
|                                     | 1º Semestre   | Exercício     |
| Receita Antecipada (Circulante)     | 5.872         | 4.807         |
| Receita Antecipada (Não Circulante) | 47.511        | 44.490        |
| <b>Total</b>                        | <b>53.383</b> | <b>49.297</b> |

9 Outras obrigações – Diversas

|                                                      | 2026         | 2025         |
|------------------------------------------------------|--------------|--------------|
|                                                      | 1º Semestre  | - Exercício  |
| Recursos a devolver a consorciados (a)               | -            | 4            |
| Credores Diversos - País (b)                         | 1.240        | 220          |
| Provisão para Riscos Cíveis (Nota Explicativa nº 10) | 2.080        | 2.051        |
| Provisão para Comissões ( c )                        | 94           | 193          |
| Provisão para Serviços de Terceiros (d)              | -            | 269          |
| Outros (e)                                           | 904          | 486          |
| <b>Total</b>                                         | <b>4.318</b> | <b>3.223</b> |
| Circulante                                           | 2.225        | 1.160        |
| Não Circulante                                       | 2.093        | 2.063        |

- (a) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar.
- (b) Representam provisões com comissões pendentes de emissão de notas fiscais.
- (c) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior, provisões sobre salários e auditoria externa.
- (d) Representam provisões para terceirização de administração de grupos de consórcios.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior, provisões sobre salários e auditoria externa.

10 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais.

Em 30 de junho de 2026, a Administradora constituiu provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação no primeiro semestre de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| 2026          |       |             |        | 2025          |         |             |        |
|---------------|-------|-------------|--------|---------------|---------|-------------|--------|
| 1º Semestre   |       |             |        | Exercício     |         |             |        |
|               | Cível | Trabalhista | Fiscal |               | Cível   | Trabalhista | Fiscal |
| Saldo Inicial | 1.417 | 634         | -      | Saldo Inicial | 1.096   | 589         | -      |
| Constituição  | 514   | 59          | -      | Constituição  | 1.282   | 658         | -      |
| Reversão      | (239) | (305)       | -      | Reversão      | (1.550) | (24)        | -      |
| Saldo Final   | 1.692 | 387         | -      | Saldo Final   | 828     | 624         | -      |
| Quantidade    | 172   | 1           | -      | Quantidade    | 146     | 4           | -      |

Administradora possui em 30 de junho de 2026, outras 172 ações cíveis e 1 trabalhistas, classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$1.045 e R\$ 45 respectivamente.

11 Capital social

a. Capital social

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Administradora constituiu lucros acumulados no valor de R\$ 1.040. A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 1.454.

12 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

|                                  | 2026        | 2025        |
|----------------------------------|-------------|-------------|
|                                  | 1º semestre | 1º semestre |
| Taxa de Administração            | 19.286      | 19.036      |
| Taxa de Permanência              | 1.250       | 552         |
| Receita de Prestação de Serviços | 20.536      | 19.588      |

Consórcio MOBILIZE

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

- (a) A taxa de administração é arrecadada junto aos participantes dos grupos de consórcio por ocasião do recebimento das parcelas, sendo que a receita é reconhecida conforme o CPC 47, de forma linear ao longo dos prazos dos contratos, a medida da satisfação da obrigação de performance de transferência do serviço de administração o dos grupos de consórcios.
- (b) A receita de taxa de permanência é reconhecida e cobrada de forma constante sobre os saldos dos recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados e mantidos sob administração da Empresa.

13 Despesas gerais e administrativas

|                                     | 2026            | 2025            |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
|                                     | 1º Semestre     | 1º Semestre     |
| Despesas com Comissões (a)          | (12.672)        | (9.887)         |
| Despesas de Serviços Técnicos (b)   | (4.062)         | (3.222)         |
| Propaganda e Publicidade            | (510)           | (427)           |
| Serviços Administrativos            | (103)           | (406)           |
| Despesas com Pessoal                | (391)           | (127)           |
| Outras Despesas Administrativas (c) | (1.930)         | (2.300)         |
| <b>Total</b>                        | <b>(19.668)</b> | <b>(16.369)</b> |

- (a) Representam as despesas com comissões de representantes de vendas.
- (b) Representadas por despesas com terceirização de consórcios, informática, auditoria externa,gravames, assessoria e consultoria.
- (c) Representam outras despesas administrativas, tais como despesas bancárias, processamento de dados e despesas legais e judiciais.

14 Outras receitas operacionais

|                                                                           | 2026         | 2025        |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|
|                                                                           | 1º Semestre  | 1º Semestre |
| Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)                        | 269          | 130         |
| Reversão Comissões Pendentes (b)                                          | -            | 168         |
| Resultado de Variações Monetárias                                         | 500          | 451         |
| Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 10) | 544          | -           |
| Outras Receitas Operacionais                                              | 26           | 39          |
| <b>Total</b>                                                              | <b>1.339</b> | <b>788</b>  |

- (a) Representa o valor destinado à provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios, de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa a reversão de provisão de comissões de período anterior, realizada na receita conforme orientação do plano de contas, Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF).

15 Outras Despesas operacionais

|                                                                           | 2026        | 2025         |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
|                                                                           | 1º Semestre | 1º Semestre  |
| Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)                        | -           | (185)        |
| Reversão Comissões Pendentes (b)                                          | 1.244       | 225          |
| Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 10) | (573)       | (455)        |
| Multa/Juros Impostos, Contribuições                                       | (8)         | (3)          |
| Outras Despesas Operacionais                                              | (79)        | (68)         |
| <b>Total</b>                                                              | <b>584</b>  | <b>(486)</b> |

- (a) Representa o valor destinado à provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios, de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa a reversão de provisão de comissões constituída em período anterior, registrada em conta redutora de despesa, em conformidade com as orientações do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF).

16 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Banque.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., reconheceu os valores elencados abaixo

referente partes relacionadas:

|                                            | Ativo/Passivo |               | Receita/Despesa |              |
|--------------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|--------------|
|                                            | 2026          | 2025          | 2026            | 2025         |
|                                            | 1º Semestre   | Exercício     | 1º Semestre     | 1º Semestre  |
| <b>Títulos e Valores Mobiliários</b>       | <b>7.739</b>  | <b>2.661</b>  | <b>343</b>      | <b>322</b>   |
| Banco RCI Brasil S.A.                      | 7.739         | 2.661         | 343             | 322          |
| <b>Diversos</b>                            | -             | -             | -               | --           |
| RCI Banque S.A.                            | -             | -             | -               | <b>1.374</b> |
| <b>Outras Obrigações - Diversas</b>        | <b>690</b>    | <b>351</b>    | <b>1.436</b>    | 1.040        |
| Banco RCI Brasil S.A. (a)                  | -             | -             | 1.321           | 57           |
| DIAC S.A. (b)                              | 324           | 209           | 115             | 277          |
| RCI Banque S.A. (c)                        | 366           | 142           | -               | <b>739</b>   |
| <b>Empréstimos com partes relacionadas</b> | <b>13.324</b> | <b>12.405</b> | <b>919</b>      | 739          |
| Vencimento entre 1 e 2 anos                | 13.324        | 12.405        | 919             |              |

- (a) Refaturamento de despesas destinado à Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinadas à Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinadas à Controladora da Administradora

17 Grupos de consórcio em andamento

Os controles contábeis dos grupos de consórcio ativos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio são compostos apenas pelo segmento 3 – veículos automotores estão demonstrados no quadro abaixo:

|                                | 2026<br>1º Semestre | 2025<br>Exercício |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|
| Grupos Administrados           | 36                  | 41                |
| Consortiados Ativos            | 19.263              | 21.146            |
| Bens Entregues no Semestre     | 1.327               | 2.998             |
| Bens Entregues Totais          | 9.438               | 10.459            |
| Bens Pendentes de Entrega      | 1.596               | 1.647             |
| Desistentes e Excluídos Totais | 64.349              | 68.791            |
| Desistentes e Excluídos no Ano | 2.465               | 5.924             |
| Taxa de Inadimplência          | 7,03%               | 7,29%             |

Valores expressos em quantidades, exceto pela taxa de inadimplência a qual está em percentual (%).

18 Aplicações financeiras – Grupos

|                                     | 2026<br>1º Semestre | 2025<br>Exercício |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Cotas de Fundo de Investimento - DI | 99.961              | 102.711           |
| <b>Total</b>                        | <b>99.961</b>       | <b>102.711</b>    |

Cotas de fundo de investimento referenciadas no indexador DI, com lastro em títulos públicos federais, de caráter não exclusivo, cujo valor presente equivale, sem variações significativas, ao valor de mercado.

19 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

|                      | 2026<br>1º Semestre | 2025<br>Exercício |
|----------------------|---------------------|-------------------|
| Curso Normal         | 168.482             | 169.799           |
| Em Atraso            | 2.448               | 2.990             |
| Em Cobrança Judicial | 7.659               | 8.505             |
| <b>Total</b>         | <b>178.589</b>      | <b>181.294</b>    |

20 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2026, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

\* \*

# Consórcio MOBILIZE

---

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente**

José Luis Medina Del Rio

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

### **Diretor de Risco**

Carlos Alberto Janz Junior

## CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima

CRC 1SP 155421/O-0